

CFESS Manifesta

Pela retirada das tropas brasileiras do Haiti

Brasília (DF), 1º de junho de 2015
Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



tropas brasileiras no Haiti
até quando??



“ Quando você for convidado [...] Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos Dando porrada na nuca de malandros pretos e De ladrões mulatos e outros quase brancos Tratados como pretos Só pra mostrar aos outros quase pretos (E são quase todos pretos) E aos quase brancos pobres como pretos Como é que pretos, pobres e mulatos E quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados ”
(Haiti - Caetano Veloso)

O dia 1º de junho de 2015 é uma data a ser lembrada por brasileiros e brasileiras não exatamente com orgulho: Muito ao contrário disso, esta data acaba por nos envergonhar, em função de representar o marco inicial de um processo violento e aviltante à soberania do povo haitiano: a ocupação deste país pelas tropas brasileiras, fato que completa 11 anos de duração.

Longe de se constituir numa atitude humanitária, como querem fazer crer as notícias veiculadas na imprensa brasileira, a presença de tropas militares brasileiras no Haiti é apenas a “ponta de um iceberg”, que camufla um conjunto de interesses políticos e econômicos dos governos e do empresariado brasileiro, gerando graves consequências para a população do Haiti.

O pesquisador haitiano Franck Seguy tem afirmado que essa ocupação decorre de uma situação social e política na qual havia uma possibilidade de mudança social no país, impedida por uma intervenção militar. Tratava-se de um clima de insatisfação popular, que levou às ruas diversos movimentos sociais e partidos políticos, reunindo um espectro bastante amplo em termos de composição classista. Para reprimir esta movimentação e manter o controle do país, o comando de uma força multinacional, composta pelo exército norte-americano, pelo francês e pelo canadense, promove um golpe de Estado, depondo o então presidente Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004 e tomando conta do país até o dia 31 de maio. A partir de 1º de junho deste

mesmo ano, depois de um voto do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a força multinacional é substituída pela Minustah (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti), liderada pelo Brasil.

Portanto, uma primeira coisa que precisa ser dita a respeito deste episódio é que não se trata de um fato isolado na história do Haiti. O país travou uma dura luta pela independência em relação à França, mas não conseguiu afirmar sua soberania diante dos Estados Unidos, que invadiram este território várias vezes ao longo do século XX (uma delas por quase 20 anos), dominando diretamente as escassas estruturas produtivas do país e influenciando, sob as mais variadas formas, a política nacional de acordo com o interesse de suas empresas.

Desde 2004, nessa repetição da história que, conforme já anunciava Marx, só pode mesmo acontecer como “farsa”, o Brasil protagoniza a liderança da ocupação, dando corpo a um fenômeno que tem sido chamado por alguns estudiosos e estudiosas de “subimperialismo”. Isso significa dizer que o Brasil tenta desempenhar o papel de dominância diante de países em condições econômicas mais debilitadas que as nossas, tirando vantagens econômicas desta relação e, ao mesmo tempo, “galgando” posições políticas junto aos organismos multilaterais. No caso do Haiti, os governos petistas nunca esconderam que a liderança desta missão é uma estratégia de política externa para aumentar a projeção brasileira no cenário mundial e tentar conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

Mais de dez anos já se passaram, as condições sociopolíticas e econômicas do Haiti se agravaram com o terremoto de 2010 e o Brasil se mantém firme em seus propósitos originais, embora o cenário internacional não aponte para qualquer êxito em relação a isso. E mais: assiste-se ao governo Federal cortando gastos em várias áreas essenciais do orçamento, sem mencionar qualquer revisão em relação aos valores empenhados nesta missão militar, que não reverbera em absolutamente nada de favorável para a população brasileira, que “paga esta conta” e, muito menos, para a população haitiana.

Prova disso foi o destaque, recentemente conferido pelos noticiários brasileiros, ao fluxo

migratório de haitianos para o Brasil. Obviamente, essas notícias não explicitaram qualquer associação entre esta questão e as consequências da ocupação militar, mas novamente aqui Franck Seguy nos ajuda a entender este fenômeno. O pesquisador denuncia que o chamado “esforço de reconstrução” do país – após o terremoto de 2010, que matou cerca de 300 mil pessoas e deixou desabrigadas mais de 2 milhões (principalmente na região da capital,

Mais de dez anos já se passaram, as condições sociopolíticas e econômicas do Haiti se agravaram com o terremoto de 2010 e o Brasil se mantém firme em seus propósitos originais, embora o cenário internacional não aponte para qualquer êxito em relação a isso. E mais: assiste-se ao governo Federal cortando gastos em várias áreas essenciais do orçamento, sem mencionar qualquer revisão em relação aos valores empenhados nesta missão militar

Porto Príncipe) – tem se revertido em “esforço de construção” da Zona Franca Haitiana, localizada numa região absolutamente distinta da que sofreu o terremoto, no Nordeste do país.

A Zona Franca é um empreendimento de natureza imperialista, que favorece a exploração da força de trabalho local, principalmente na indústria têxtil e de vestuário, com vistas à exportação, sem pagamento de tarifas aduaneiras, para os EUA. Enquanto isso, 336 famílias de agricultores e agricultoras foram expropriadas, para viabilizar empreendimentos industriais; dados de 2014 atestavam que mais de 150 mil pessoas continuavam morando em tendas e abrigos improvisados em Porto Príncipe, sem água limpa; dados de 2013 informam que mais de 11% da população reside fora do país (informações de Luis Felipe Aires Magalhães,

na obra “O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina”, além da entrevista de Franck Seguy ao Jornal da Unicamp nº 594).

Entretanto, o tom do discurso das autoridades oficiais do Haiti em relação às oportunidades de negócio do país não reconhece essas consequências dramáticas da política de “reconstrução” e conclama investidores e investidoras do Brasil a “apostar” na Zona Franca. Exemplo disso foram as declarações recentes (maio/2015) do embaixador do país no Brasil, Madsen Chérubin, enfatizando as vantagens do acesso privilegiado ao mercado americano, utilizando o Haiti como plataforma de produção, de exportação, além de sua força de trabalho, diga-se de passagem, bastante barata. Vislumbra-se, portanto, uma oportunidade de ampliar investimentos que já são lucrativos para o empresariado nacional, uma vez que grandes construtoras e empreiteiras brasileiras já participam do “esforço de reconstrução”.

Num país onde mais de 60% da população vive com menos de um dólar ao dia, 44,5% estão subnutridos/as e 34,7% não são alfabetizados/as, é evidente que são outras as prioridades e isto tem sido dito em diversos conflitos que se expressam, por vezes, sob a forma da violência desorganizada, mas também em lutas sociais, como as que eclodiram, em 2008, contra o encarecimento da cesta básica e, em 2009, pelo reajuste do salário mínimo. E qual tem sido a postura das forças brasileiras que ocupam o país diante dos verdadeiros problemas nacionais do povo haitiano? Reprimir essas lutas sociais em nome da “estabilização” do país.

A verdade, portanto, é que não existe qualquer razão humanitária para a manutenção da ocupação haitiana pelo Brasil. Não podemos tolerar a política brasileira interesseira e racista de ocupação do território haitiano, sob pena de pactuar inclusive com o visível extermínio da população negra, o que vem sendo mundialmente “naturalizado” em episódios de evidente violação de direitos humanos. Neste 1º de junho, portanto, o Conjunto CFESS-CRESS manifesta que é necessário “pensar no Haiti” e, mais que isso, nos somarmos e fortalecermos as iniciativas de várias entidades e movimentos sociais que exigem o fim da ocupação, a retirada das tropas do Haiti e a restituição da soberania do povo haitiano.



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRÉSIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRÉSIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

CONSELHO FISCAL
Juliana Iglesias Melim (ES)
Daniela Neves (DF)
Valéria Coelho (AL)

SUPLENTE
Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Josiane Soares Santos (SE)
Erlenia Sobral do Vale (CE)
Lilian da Silva Gomes Melo (AM) - licenciada
Marlene Merisse (SP)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Solange da Silva Moreira (RJ)
Hirley Ruth Neves Sena (MS)

CFESS MANIFESTA Pela retirada das tropas brasileiras do Haiti

Conteúdo (aprovado pela diretoria):

Josiane Soares Santos

Assessoria de comunicação:

Diogo Adjuto - JP/DF 7823

Rafael Werkema - JP/MG 11732

Revisão: Diogo Adjuto

Arte/diagramação: Rafael Werkema